



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XII/ 3.ª SL

Aos 18 dias do mês de junho de 2014, pelas 10 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista para audição da Ministra Justiça, solicitando, em conformidade, o adiamento da votação na especialidade dos Projetos de Lei que procedem à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa;**
3. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - Projeto de Lei n.º 520/XII/3.ª (PS) - Primeira alteração à Lei Tutelar Educativa;**
 - Projeto de Lei n.º 534/XII/3.ª (PSD) - Proceder à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro;**
 - Projeto de Lei n.º 535/XII/3.ª (PCP) - Lei Tutelar Educativa (Primeira alteração à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro);**
 - Projeto de Lei n.º 537/XII/3.ª (CDS-PP) - 1ª alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada pela Lei n.º 166/99, de 14 de setembro;**
4. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
5. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
6. **Fixação de redação final do texto que "autoriza o Governo a aprovar o novo Código de Procedimento Administrativo" [Proposta de lei n.º 224/XII/3.ª], nos termos do artigo 156.º do RAR;**
7. **Outros assuntos.**

11:30H

Audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa para informação acerca das notícias veiculadas por um órgão de comunicação social no passado dia 4 de junho de 2014.

Nota: a audição decorrerá à porta fechada

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, foram os Senhores Deputados informados de que decorreria no dia 20 de junho, pelas 18



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XII/ 3.^a SL

horas, na Biblioteca-Museu República e Resistência, uma Sessão de Homenagem ao antigo Presidente da Comissão, Dr. Osvaldo de Castro.

Procedeu-se, de seguida, à distribuição e designação de relator da seguinte iniciativa legislativa:

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
Proposta de lei n.º 233XII/3. ^a (ALRAM)	Plano Nacional de Ação para os Direitos da Criança.	Deputada Andreia Neto (PSD)

No ponto seguinte da ordem do dia, passou-se à apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, solicitando a realização de uma audição com a Senhora Ministra Justiça e, em conformidade, o adiamento da votação na especialidade dos projetos de lei que procedem à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, tendo o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) usado da palavra para o fundamentar. Além de afirmar que fazia todo o sentido ouvir a entidade que iria pôr em prática as medidas propostas e à qual se iria exigir um grande esforço financeiro, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) propôs ainda, oralmente, que se ouvisse a Provedoria de Justiça sobre esta matéria, uma vez que o Senhor Provedor de Justiça, na audição que teve lugar no dia anterior, apresentara sugestões e propostas no domínio dos jovens em risco e dos jovens infratores.

Em seguida, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) disse estar de acordo com o adiamento da votação das iniciativas legislativas agendadas no ponto seguinte da ordem do dia, uma vez que não se encontrava presente o Grupo Parlamentar do CDS-PP, autor de um dos projetos de lei, mas manifestou a sua oposição em relação à audição da Ministra da Justiça, uma vez que estava em causa matéria claramente da competência da Assembleia da República e nenhuma das iniciativas fora apresentada pelo Governo, intervenção que mereceu a contestação do Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), por entender que o PSD estava a privar os demais grupos parlamentares de dialogar com o Governo sobre essas matérias.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XII/ 3.^a SL

No final, os Grupos Parlamentares do PSD e do PS concordaram que se procedesse ao adiamento da votação para a reunião seguinte, quer do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS quer dos projetos de lei n.ºs [520/XII/3.^a \(PS\)](#) - Primeira alteração à Lei Tutelar Educativa; [534/XII/3.^a \(PSD\)](#) - Procede à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro; [535/XII/3.^a \(PCP\)](#) - Lei Tutelar Educativa (Primeira alteração à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro); e [537/XII/3.^a \(CDS-PP\)](#) - 1.^a alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada pela Lei n.º 166/99, de 14 de setembro.

Não havendo lugar à apreciação de relatórios finais de petições nem sobre iniciativas europeias, procedeu-se à fixação da redação final do texto que «autoriza o Governo a aprovar o novo Código de Procedimento Administrativo» [Proposta de lei n.º 224/XII/3.^a], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 71/DAPLEN/2014.

Os trabalhos foram interrompidos às 10 horas e 40 minutos e retomados às 11 horas e 40 minutos, com a audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, que se fez representar pelos seus três membros, Senhor Professor Doutor Paulo Mota Pinto (Presidente), Senhor Procurador da República Dr. José António Branco e Senhor Dr. João Soares.

A audição teve como objeto a obtenção de esclarecimentos por parte deste órgão na sequência do envio de documentos para o Conselho de Fiscalização que chegaram à Comissão – um envelope com remetente anónimo contendo documentos sobre a atividade dos serviços de informações portugueses — e que foram igualmente noticiados por um órgão de comunicação social no passado dia 4 de junho de 2014.

A audição decorreu à porta fechada, nos termos do artigo 36.º da Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de Novembro, sendo o seu conteúdo sigiloso.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XII/ 3.ª SL

A reunião foi encerrada às 13 horas e 5 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de junho de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Fernando Negrão)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 69/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Carlos Abreu Amorim
Nuno Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Carlos Peixoto
José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Magalhães
Paulo Rios de Oliveira
Telmo Correia